

Pauta dos Docentes Federais



A categoria
pleiteava muito
mais do que
apenas reajuste
salarial

Pág. 8

**Cortes no
orçamento**

Pág. 4

**Crise na Educação
e mobilizações**

Pág. 11

**Medidas fiscais
do governo**

Pág. 12

Precisaremos gritar novamente

Gilberto Cunha de Sousa Filho
presidente da ADUFEPE

Os cortes de mais de 9 bilhões de reais pegaram em cheio todos os caminhos para a tão esperada, e ainda longe, Educação para todos. Sim todos, pois não se restringe à esfera federal apenas. A economia está em baixa, países ao redor do mundo com crises gravíssimas, mas tudo poderia ter sido diferente para nós se houvesse planejamento.

O mundo está à beira do caos, a preocupação com uma guerra global é real, basta ver famílias inteiras deixando suas casas. Mas aqui no Brasil, terra livre até então de catástrofes, o que se vê é que faltou planejamento, usou-se da ideologia e esqueceu-se da prática.

A nossa guerra foi outra, milhares de funcionários reivindicaram ao longo dos últimos meses por melhores salários e uma recomposição de seus orçamentos, e mesmo aqueles que não cruzaram seus braços, estavam atentos com todos os desfechos. E aqui é assim, democracia por direito e de direito.

A crise em nossas universidades, e já não é de agora, é acumulada greve após greve. Olho para trás e vejo 2012, mergulhado em outra paralisação, tendo como eixo de lutas quase a mesma pauta. Ganhos houveram, mas servem para vermos que precisaremos gritar novamente.

Uma característica que se observa hoje, é que na “pátria educadora”, dos seus princípios de expansão universitária, interiorizando a educação e contemplando a descentralização, faltou o planejamento da política constante, ou seja, o investido outrora precisa receber fomento agora.

Mas infelizmente o que vemos são medidas políticas do governo para benesses alheias.

Dizem que a melhor forma de entender e conhecer ao próximo é dialogando, pois bem, que seja e façamos, que se descubra o meio para um dia termos nossos direitos conquistados, um ganho real e palpável.

SUMÁRIO

- 3 | **Luta dos Servidores Públicos Federais**
- 4 | **O preço do Corte no Orçamento**
- 6 | **Conjuntura Econômica**
- 8 | **Pauta dos Docentes das Federais 2015**
- 11 | **Diversos ângulos da Mobilização**
- 12 | **Cortes e tributos: a receita do Governo para 2016**
- 14 | **Opinião: Um prêmio ao diálogo**
- 15 | **Multicampia, precarização e organização sindical**



ASCOM ADUFEPE:
Jornalista: **Suara Macedo**
Programador Visual: **Wilton Pontes**

Diretoria:

Presidente: **Gilberto Cunha de Sousa Filho** (CCB)
1ª Vice-presidente: **Silvana Carvalho de Souza Calado** (CTG)
2ª Vice-presidente: **José Dilson Bezerra Cavalcanti** (CAA)
1º Tesoureiro: **Augusto César Barreto Neto** (CAV)
2º Tesoureiro: **Joaquim Sérgio de Lima Neto** (CCS)
1º Secretário: **Guilherme Costa Varela** (CAC)
2ª Secretária: **Mircia Betânia Costa e Silva** (CCS)

Suplentes:

Presidente: **Valéria de Barros Viana** (CAC)
Secretária: **Luciana Cramer** (CAA)



ADUFEPE NA INTERNET
www.adufepe.com.br
twitter: @ascom_ADUFEPE
www.facebook.com/ascom.adufepe

Av. dos Economistas, s/n - Campus UFPE
Cidade Universitária - Recife-PE - CEP: 50740-590
Tele/Fax: (81) 3036.2250 - 3036.2257 - 98690.3080

Luta dos Servidores Públicos Federais

Congresso do ANDES-SN

O 35º Congresso do ANDES-SN foi realizado de 25 a 30 de janeiro de 2016 em Curitiba - PR, com o tema: Em defesa da Educação pública e gratuita e do direito dos trabalhadores. A ADUFEPE participou ativamente com uma delegação composta por 11 docentes.

A ADUFEPE contribuiu com dois Textos de Resolução (TRs): Texto 50 - Luta conjunta pela aposentadoria integral para os novos servidores federais; e Texto 51 - Fortalecimento da luta pela reposição das perdas salariais dos docentes aposentados.

No primeiro dia do 35º Congresso do ANDES-SN (25/01), os docentes debateram a conjuntura nacional e internacional e definiram a centralidade da luta do Sindicato

Nacional para 2016. A última plenária temática, realizada nos dias 30 e 31/01, aprovou o plano de lutas dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) para 2016. Os docentes deliberaram por um conjunto de ações para intensificar a luta e também aprofundar a discussão sobre os desafios organizativos impostos pela multicampia, que é uma realidade de ambos os setores, e que tem suas especificidades em cada instituição.

Campanha Unificada dos Servidores Federais de 2016

Representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) participaram nos dias 16 e 17 de janeiro da primeira reunião ampliada do

ano em Brasília (DF), que debateu os ataques do governo federal contra os servidores públicos federais e a necessidade de construção da mobilização para a Campanha Unificada dos SPF 2016. A reunião contou com representantes de 15 entidades que compõem o Fórum e mais duas entidades observadoras.

Após discussão, o Fórum dos SPF definiu uma agenda para a preparação da Campanha Unificada 2016. Foi consenso entre as entidades a política salarial permanente, com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias, o direito de negociação coletiva, conforme previsto na Convenção 151 (da Organização Internacional do Trabalho), e a paridade salarial entre ativos e aposentados.

Reajuste em 2016

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, no dia 30 de dezembro de 2015, seis Projetos de Lei (PLs) que preveem reajustes de salários e benefícios dos Servidores Públicos Federais (SPF). O reajuste será de 10,8% em duas parcelas, uma em agosto de 2016 e outra em janeiro de 2017. O índice foi considerado insuficiente pelo ANDES-SN, já que não repõe nem as perdas inflacionárias do último período.

Por conta disso, o Sindicato Nacional não assinou o acordo. O governo queria, inicialmente, conceder reajuste de 21,3% escalonado em quatro anos, o que foi rejeitado por unanimidade pelas entidades que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF (Fórum dos SPF). A resistência e luta dos trabalhadores fez com que houvesse recuo por parte do governo na proposta de 4 para 2 anos.

Os projetos encaminhados pelo governo preveem também reajustes nos benefícios que fazem parte da



Ato dos servidores em Brasília com participação da ADUFEPE

remuneração dos servidores públicos. Será reajustado o auxílio-alimentação, que passará de R\$ 373 para R\$ 458 mensais, e o valor para complementar o plano de saúde vai de R\$ 117 para R\$ 145 mensais. Já a assistência pré-escolar passará de R\$ 73 para R\$ 321 mensais.

Fonte: ANDES-SN

O preço do Corte no Orçamento



Foto: Wilton Pontes com apoio de Albérico Marques e Sabrina Souza

Em maio de 2015, o governo cujo lema é “Brasil – Pátria Educadora” anunciou que o Ministério da Educação sofreria um corte de R\$ 9,42 bilhões (de R\$ 48,81 para R\$ 39,38 bilhões, 19,3%). Assim, as universidades brasileiras enfrentam uma dura realidade. O corte representa uma receita que prescreve uma série de problemas como: redução do número de bolsas da assistência estudantil, contas em atraso, possibilidade de interrupção de obras, suspensão de repasses financeiros, contenção de viagens e de aulas de campo. Significa dificuldade para pagar serviços terceirizados e programas de assistência. Ou seja, agrava-se um problema bem conhecido das universidades públicas e dos docentes que há muito tempo lutam por melhores condições de trabalho. Os cortes contribuíram e muito para a deflagração da greve das Federais em 2015. E na UFPE, o cenário não foi diferente.

Contingenciamento de 70% na UFPE

A Lei Orçamentária Anual (LOA) foi aprovada em 20 de abril de 2015 trazendo a certeza de apertar os cintos. Na UFPE, foi preciso conter as despesas e rever o orçamento. A alternativa foi trabalhar sobre um contingenciamento de 70%, impedindo planos de expansão e restringindo investimentos na educação universitária.

No dia 17 de junho de 2015 a UFPE publicou uma nota afirmando que no período inicial de 2015, a instituição recebeu, mensalmente, 1/18 do orçamento de custeio previsto, que significa uma restrição da ordem de 33% sobre o orçamento mensal da instituição.

“Já temos, no entanto, algumas liberações de limites orçamentários

que apontam hoje, na direção de um contingenciamento de 30% sobre o valor previsto na LOA”, dizia o texto anunciando também que a liberação de recursos financeiros para a realização de pagamentos estava sendo limitada a cerca de 50% a 70% das necessidades de cada mês.

“Assim, alguns pagamentos, incluindo pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços, encontram-se atrasados, exigindo da administração central um acompanhamento contínuo no sentido de aperfeiçoar o fluxo de pagamentos e saldar, no menor tempo possível, seus compromissos financeiros”, dizia a nota da reitoria.

Na reunião do Conselho Pleno da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), realizada no dia 11 de junho de 2015, o orçamento das universidades entrou na pauta. O MEC apresentou uma proposta

Cenário 70 Principais Ações Federais

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OUTRAS DESPESAS INVESTIMENTOS CORRENTES		TOTAL	70% LOA
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	93.819.945	35.541.197	129.361.142	90.552.799
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	32.191.780	296.000	32.487.780	22.741.446*
8282	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	24.936.530	39.125.460	64.061.990	44.843.393

*MEC sinalizou que não haverá cortes na ação 4002.

Slide da PROPLAN apresentado em junho/2015 na ADUFEPE

de repasse do custeio (aqueles destinados à aquisição de bens e materiais de consumo e à contratação de serviço para a realização de atividades de manutenção) para as universidades com uma redução de 10% em relação à LOA de 2015, equivalente ao montante executado em 2014, porém o corte na verba de capital (destinados a cobrir despesas com a aquisição de equipamentos e materiais) ficaria em torno de 47%.

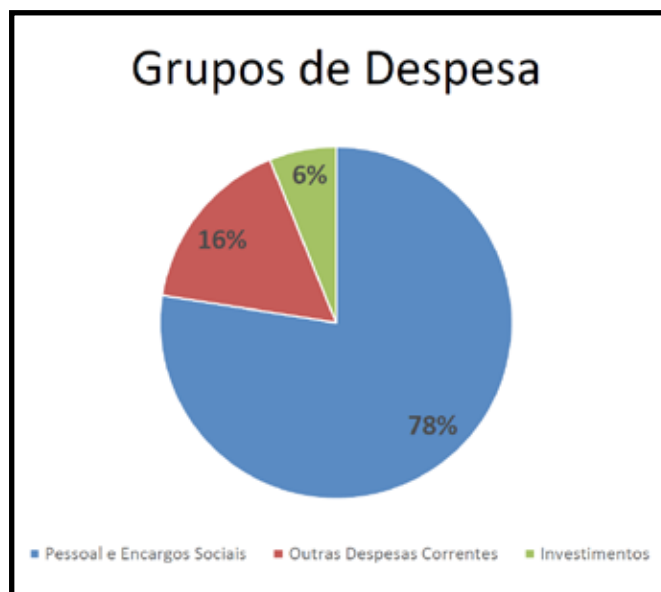
De acordo com o reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, que participou da reunião da Andifes, os reitores contrapuseram que o repasse de 100% do custeio fosse mantido equivalendo aos valores de 2014. O reitor afirmou que as ações de assistência estudantil — como bolsas e moradia — ficariam asseguradas com o mesmo orçamento de 2014. Mas para assistência estudantil a LOA previu R\$ 32 milhões (sem incluir as despesas com RU e casa estudantil). Somando o já executado com a previsão de gastos até dezembro, restaria um déficit de R\$ 11 milhões.

Ajustes foram feitos nas áreas de água, luz, telefone e diárias. Gastos que a administração procurou diminuir, num ano de aperto nas contas.

O orçamento disponível para a UFPE em 2015 foi de um pouco mais de R\$ 1 bilhão. No planejamento das despesas feito pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento

e Finanças (Proplan) dividiu-se em 78% para gastos com pessoal e encargos sociais, 6% investimentos e 16% outras despesas correntes.

Nestes dois últimos incluem-se as principais ações federais previstas na LOA para as universidades (funcionamento da Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, assistência ao estudante,



reestruturação e expansão). A estimativa anual de investimentos ficou em torno de R\$ 50 milhões e entre janeiro e maio R\$ 17 milhões haviam sido executados.

Esses valores foram projetados pela Proplan dentro de um planejamento em que a ordem é economizar. “Estamos assumindo, como premissa para definição da programação orçamentária, um contingenciamento médio de 30% sobre o orçamento definido na LOA 2015”, disse o pró-reitor Hermano Perreli,

no dia 15 de junho, quando apresentou na ADUFEPE o planejamento orçamentário da UFPE para 2015.

Em quantias orçamentárias, significa uma redução de quase R\$40 milhões para administrar o funcionamento da instituição.

No “cenário 70” a universidade previu economizar mais ou menos R\$ 70 milhões. Valor que equivale a aproximadamente o necessário para a construção de 30 prédios e para pagar 46 mil bolsas de mestrado.

Mesmo com a meta de redução de 20% do consumo, o previsto para gastos com energia elétrica está na casa de R\$ 22 milhões, muito mais do que foi gasto em 2014 (R\$ 14 milhões).

Despesas com editais também foram reavaliadas: uma demanda que previa mais de R\$ 64 milhões, foi revista para a casa de R\$ 30 milhões. O Plano de capacitação que previa R\$ 1 milhão, foi reajustado para R\$ 700 mil.

Expansão

O pró-reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças, Hermano Perreli, afirma a necessidade de empenho para 32 obras — para isso foi destinado o total de **R\$ 42 milhões**.

Ações para redução de despesas na UFPE

- Energia elétrica: racionalização do uso;
- Fixar limites para diárias e passagens;
- Acompanhamento dos restos a pagar (não processados);
- Diminuição das despesas com contratos de parcela variável;
- Limites mensais de consumo de combustível;
- Limites mensais de gasto com telefonia;
- Reavaliação do PNAES;
- Aquisições de mobiliários apenas para as expansões;
- Suspender a aquisição de novos veículos;
- Redução do uso de papel;
- Racionalizar o sistema de bolsas UFPE;
- Cursos de Capacitação: reduzir;
- Revisão de alguns contratos;
- Adiamento de projetos não essenciais;
- Energia elétrica: reduzir o consumo em 20% em relação a 2014;
- Reduzir os editais da Proacad, Propesq e Proext em 35% (PAI 2015);
- Modaloc: reduzir em 35%;
- Revisão do PAI 2015;
- Suspensão de implantação de novas bolsas: BDP, IC, Monitoria, Extensão, Apoio Acadêmico, Manutenção Acadêmica, Mestrado, Doutorado;
- Racionalização na renovação de bolsas existentes: BDP, IC, Monitoria, Extensão, Apoio Acadêmico, Manutenção Acadêmica, Mestrado, Doutorado.

2015: ano de recessão, inflação e ajuste fiscal



Foto: Suara Macedo

No auditório da ADUFEPE, profª. Tânia Bacelar debate a crise econômica

“Políticas internas contribuem para o que estamos vivendo”

Após a primeira assembleia que pautou deflagração de greve docente na UFPE em 2015 (25 de maio de 2015), o movimento grevista cresce no país com vistas para uma avalanche de desdobramentos na esfera financeira. Além dos painéis, passeatas e marchas, 2015 será lembrado como um ano de recessão, inflação alta e ajustes fiscais. Tudo isso alimentado por uma crise política sem precedentes.

A profª Tânia Bacelar exibiu nuances dessa crise econômica no dia 16 de junho de 2015, na ADUFEPE, com a palestra intitulada *Conjuntura econômica e impactos na Educação*. Ela é economista, socióloga, mestre e doutora em Economia.

Ao sintetizar a conjuntura, Tânia Bacelar cita a influência de um ambiente político polarizado sobre a economia. Como consequência desse ambiente ampliou-se os conflitos distributivos (painéis x passeatas contra a terceirização) e o Governo cedeu a um ajuste que cobra mais de sua base social. “É uma crise que se dá num contexto político de exacerbação. Há um diálogo entre crise política e crise econômica. E esse diálogo explica porque a sensação da crise é ainda maior”. Contudo, acredita ser possível visualizar uma saída.

“Há um diálogo entre crise política e econômica”

Ela apontou três desafios para retomar o crescimento econômico: aumentar o PIB, ampliar o investimento da dinâmica irregular e retomar o desenvolvimento industrial.

Taxa de Juros

Em 2015, os preços administrados (energia, combustíveis, transporte urbano) foram realinhados. A inflação cresceu e a taxa de juros aumenta mesmo sem ter relação com o ajuste fiscal. “Altas taxas de juros tem relação com o problema das contas do governo. Para o governo

a taxa aumenta a despesa dele com sua dívida” explica Bacelar. O juro tem um peso muito importante para a economia – “ele é como um farol, pois dá o teto da remuneração do capital”. Um mecanismo que também representa uma trava ao investimento produtivo quando em alta. Mas quando os juros aumentam, só os rentistas e os bancos ganham.

Valor da taxa de juros atual (Selic):
14,15%

Fonte: Banco Central

Dívida externa

Outro aspecto da conjuntura ressaltado foi a trajetória do endividamento externo. Ela traz dois conceitos: o de dívida líquida (tira

reservas) e dívida bruta. No plano real aumentou-se muito a dívida líquida – “o governo Lula conseguiu baixá-la e nesse espaço teve dinheiro para fazer as políticas sociais”. Mas a dívida bruta continuou crescendo. Entre os emergentes, o Brasil é o mais endividado (65,8% do PIB), mas em comparação com economias avançadas como a zona do euro, está abaixo.

Valor atual da dívida (agosto/2015):

R\$ 554 bilhões.

Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida

Situação dos Bancos

Enquanto isso “os bancos vão muito bem”. Eles saldam suas despesas com taxas pagas pelos clientes. Estudo recente do DIEESE, mostra que o lucro dos principais bancos em 2014 foi 18,5% a mais que em 2013. O valor deu para bancar, com folga, todos os gastos com os 451 mil bancários, que em 2014 custaram R\$ 74,6 bilhões.

“É uma conjuntura que sinaliza dificuldade. Tanto para manter a economia atuando, como para manter o modelo de crescimento que estava sendo construído”

Petrobras

“A crise da Petrobras é a crise das grandes construtoras do país”. A Petrobrás em si já é muito importante, sozinha puxa de 30% do investimento esperado para esses últimos anos. Uma nítida ameaça nas grandes construtoras num momento de investimento em infraestrutura e revisão do regime de exploração do pré-sal (desnacionalização). “Conjuntura sinaliza um horizonte de dificuldades para manter trajetória de crescimento com redução das desigualdades”, prognosticou a professora.

Desafios

A economista acredita na possibilidade do país retomar o crescimento econômico se vencer a irregularidade do PIB e a dificuldade atual de ampliar o investimento.

E para isso, seria fundamental retomar o desenvolvimento industrial.

Desafio 1:

Crescimento irregular do PIB;

Desafio 2:

Dificuldade de ampliar o investimento devido a dinâmica irregular;

Desafio 3:

Retomada do desenvolvimento industrial.

Previsão do Banco Mundial é que o PIB do Brasil encolha:

2,5 % em 2016

Brasil: as medidas do ajuste fiscal

✓ Impactos Inflacionário (curto prazo)

- Aumento do preço da gasolina (CIDE) e do transporte urbano;
- Aumento de imposto sobre importações;
- Aumento da tarifa de energia elétrica;

✓ Impacto no nível de atividade (recessivo)

- Corte de gastos da União (R\$ 69,9 Bi);
- Elevação da SELIC (13,75%);
- Encarecimento do crédito (aumento do IOF);
- Reajuste da tabela do IR abaixo da inflação;
- Elevação dos juros dos empréstimos imobiliários;
- Redução de benefícios trabalhistas e previdenciários;
- Cortes nos investimentos da Petrobrás;
- Retração no orçamento do BNDES e mudanças do PSI;
- Oneração de encargos sobre folha de salários em vários setores.

A gente não quer só aumento

A gente quer Educação Pública de qualidade



Dia Nacional de Paralisação dos SPFs, 23 de setembro de 2015, marcado por manifestações dos Docentes da UFPE

A pauta de reivindicações dos docentes das universidades federais em 2015 trouxe as marcas da conjuntura. Se por um lado ela representou a inércia do governo que não atende às solicitações para a melhoria das condições de trabalho dos professores neste país, por outro, esse mesmo item da pauta se ampliou diante da necessidade de impedir as terceirizações e as contratações via Organizações Sociais (OS).

O cenário político e econômico vivenciado no Brasil requereu uma pauta caracterizada pela defesa da qualidade da educação superior e do caráter público da universidade.

Neste intuito, a pauta aprovada no 34º Congresso do ANDES-SN, foi entregue no dia 22 de maio de 2015 ao secretário de Educação Superior do MEC, Jesualdo Pereira Farias. Nela, estavam descritos e destacados cinco itens: 1. Defesa do caráter público da universidade; 2. Condições de trabalho; 3. Garantia da autonomia; 4. Reestruturação da carreira e 5. valorização salarial de ativos e aposentados.

Mais fracionada, a pauta de 2012, aprovada no 31º Congresso, era composta por 7 itens que pediam: 1. universidade pública e o trabalho docente, 2. autonomia, financiamento e vagas docentes; 3. democratização

das instituições e das relações de trabalho; 4. condições de trabalho, capacitação e seguridade; 5. carreira única; 6. política salarial e 7. proposta salarial.

Os avanços da greve de 2012 foram na direção da política e da proposta salarial, o que também não foi a contento, pois embora o governo tenha aceitado a proposta do ANDES-SN de 13 níveis remuneratórios e a incorporação de Gemas (Gratificação Específica de Magistério Superior) ao Vencimento Básico (VB), continuou a disparidade entre os degraus e a Retribuição por Titulação (RT) não foi incorporada ao VB.

Por isso, a questão salarial foi retomada na pauta de 2015 e os docentes reafirmaram a reivindicação pela estruturação da carreira em degraus constantes, mediante variação crescente de 5%.

A proposta dos docentes pleiteia a valorização do regime de trabalho e da titulação com percentuais de acréscimos definidos.

Valorização salarial de ativos e aposentados também não foi contemplada com a Lei 12.772 e os docentes pedem a correção das distorções tendo como base o salário mínimo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-

econômicos (Dieese) (R\$ 3.182,81).

Então, dois itens da pauta 2015 focavam a valorização salarial. Os principais imbróglios estão nos demais pontos que reforçam a defesa da Educação Superior, mas perdem visibilidade quando o embate enfrenta a opinião pública.

A grande mídia e alguns grupos que desconhecem a profundidade da pauta docente, quando deparam-se com uma paralisação surpreendem com aquela velha pergunta: Quanto por cento de aumento a categoria está pedindo?.

No entanto, um questionamento mais adequado seria: o que é preciso para melhorar a Educação Superior brasileira? Os docentes acreditam que muito

precisaser
feito por todos os
atores sociais, e cabe
a eles reivindicar.

Defesa do caráter público da universidade

Ao defender o caráter público da univer-

sidade, os professores estão reivindicando a preservação da qualidade da educação. Em abril de 2015, o Supremo Tribunal Federal entendeu que Organizações Sociais (entidades privadas como associações e fundações privadas qualificadas como organizações sociais) podem ser usadas em ações do estado em atividades dirigidas ao ensino. Com isso, uma Universidade Federal não precisaria mais realizar concurso público para a contratação de professores. E assim, os professores teriam que dividir espaço com trabalhadores celetistas realizando as mesmas funções.

Para o movimento docente, é urgente se posicionar contra as terceirizações, um problema que assusta todos os servidores públicos federais.

“A utilização do argumento da crise para justificar as dificuldades orçamentárias e os cortes de investimentos em setores públicos e direitos trabalhistas, procura esconder um outro projeto já em curso, mas que tende a se aprofundar, que é o do desmonte do serviço público federal para favorecer a sua terceirização e privatização”, Comunicado 21 do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN (CNG). E os cortes orçamentários representam outra subdivisão desse item que ecoa na batalha por condições de trabalho.

Condições de Trabalho

O segundo item é uma reivindicação antiga, em que efetivamente não ocorreram avanços.

Os professores pedem mais salas, mais vagas para docentes em regime de dedicação exclusiva, mais laboratórios e melhor infraestrutura nos campi.



Faixa erguida no Dia Nacional de Paralisação pelos professores da UFPE

“As condições de trabalho e estudo vêm se agravando dia a dia com falta de professores e técnico-administrativos, com a demora, interrupção e não execução de obras programadas, obrigando docentes e estudantes a desenvolverem atividades em containers, bem como o não pagamento de serviços básicos de funcionamento das Instituições Federais de Ensino (IFE)”, Comunicado 02 do CNG.

Com os cortes previstos para 2015 a situação se agrava. “Na ordem de 10% nas verbas de custeio e 47% nas verbas de capital, implicando a desaceleração progressiva das obras em curso, sem previsão de término do conjunto das obras em aberto e ausência de novas obras que permitam avançar na infraestrutura, assim como a manutenção das atividades, necessárias às condições de trabalho e estudo adequadas”, Comunicado 17 CNG.

Enquanto isso, o MEC respondia que R\$ 9 bilhões foram investidos na expansão das universidades no período de sete anos, valor equivalente ao dos cortes no orçamento da União para a educação em 2015.

Garantia da autonomia

Em 2015 o significado dessa reivindicação se ampliou numa conjuntura em que o governo tenta atrelar as universidades à lógica do mercado.

O CNG do ANDES-SN denunciou o perigo das Propostas de Emenda à Constituição em tramitação no Congresso Nacional, que abrem espaço para o esvaziamento do conceito de público e de autonomia.

“Como exemplo disso, estão as alterações da Constituição que permitem Parcerias Público-Privadas no âmbito da ciência e tecnologia, cobrança de mensalidade em cursos de aperfeiçoamento e especialização e contratação de profissionais para as universidades via OS. Desse modo, para legitimar o avanço de políticas neoliberais no âmbito das IFE, o governo e o Congresso alteram a Constituição” Comunicado 17 do CNG.

Além disso, esse ponto se repete porque a universidade não se sente livre para tomar decisões peculiares como a composição dos conselhos superiores, nem para utilizar saldos do exercício financeiro. Mesmo passando por um processo eleitoral democrático e objetivo, não é a universidade que especificamente escolhe o seu reitor. A Lei 9.192/92 define que “o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplex organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal...”.

Outro entrave à autonomia da universidade é a burocracia. As universidades públicas são dependentes do governo para investir e crescer. Empecilhos provocados pela legislação que geram dificuldades para fazer novos investimentos, para atender exigências específicas do setor público quanto a licitações.

Pauta de reivindicações dos docentes das IFE

Condições de trabalho

Nenhuma disciplina sem professor; Autorização imediata da ocupação dos cargos de docente existentes e criação de novas vagas para atender às demandas, preferencialmente em regime de Dedicção Exclusiva – inclusive para os Colégios de Aplicação; atendimento urgente das necessidades de infraestrutura, garantindo plenamente as condições para ensino, pesquisa e extensão com qualidade e conclusão das obras iniciadas.

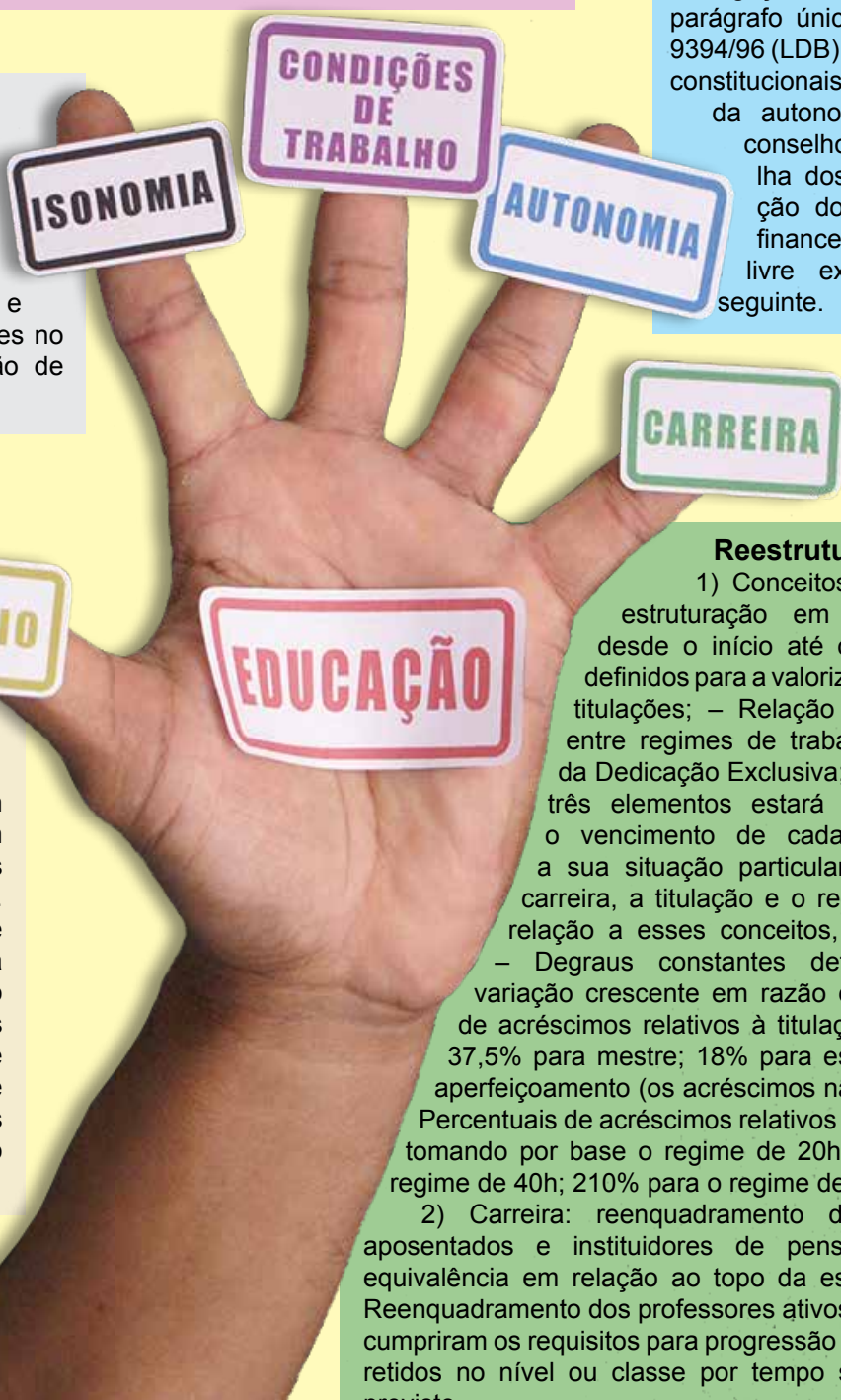
Campanha 2015

Garantia de autonomia

Revogação da Lei 9192/95 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB), que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia (composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes); Manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição, para livre execução no exercício seguinte.

Defesa do caráter público da universidade

Defesa de concurso público e do Regime Jurídico Único (RJU); Contra a contratação de professores via OS e terceirização; contra os cortes no orçamento e pela ampliação de investimento nas IFE.



Reestruturação da carreira

Valorização salarial de ativos e aposentados

A lei nº 12.772/12, com seus reajustes anuais em três vezes, não recompôs sequer a inflação do período. A valorização salarial de ativos e aposentados está relacionada à reestruturação da carreira, para corrigir as distorções, tendo como base o salário mínimo do Dieese (R\$ 3.182,81). Os docentes defendem uma linha só no contracheque.

1) Conceitos e negociação: – A estruturação em degraus constantes desde o início até o final; – Percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações; – Relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicção Exclusiva; A combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regime de trabalho. Em relação a esses conceitos, os docentes pedem: – Degraus constantes determinados mediante variação crescente em razão de 5%; – Percentuais de acréscimos relativos à titulação: 75% para doutor; 37,5% para mestre; 18% para especialista; 7,5% para aperfeiçoamento (os acréscimos não são cumulativos); – Percentuais de acréscimos relativos ao regime de trabalho, tomando por base o regime de 20h, serão: 100% para o regime de 40h; 210% para o regime de DE.

2) Carreira: reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão, em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira; – Reenquadramento dos professores ativos ou aposentados, que cumpriram os requisitos para progressão funcional, mas ficaram retidos no nível ou classe por tempo superior ao interstício previsto.

Fonte: ANDES-SN

Diversos ângulos de uma mobilização

Com os cortes anunciados pelo governo, a Educação Superior anuncia uma tempestade sentida por todas as categorias.



Debate: Educação em Crise nas Universidades Públicas realizado no dia 3 de setembro no auditório da ADUFEPE

Foto: Arquivo da ADUFEPE

A crise nas universidades federais brasileiras não começou este ano, mas se agravou com os cortes promovidos no orçamento da educação em função do ajuste fiscal. Problemas com pagamento de funcionários e contratos de prestação de serviço têm provocado suspensão de aulas e greves por todo país. Instituições Federais de Ensino Superior enfrentaram uma extensa greve iniciada em maio, agravando problemas simultaneamente, como falta de bolsas e infraestrutura. Neste cenário, docentes apoiam estudantes, que se aliam aos servidores técnico-administrativos, que por sua vez se unem aos terceirizados.

Foi identificando necessidades em comum que nasceu na ADUFEPE, no dia 21 de julho de 2015, o Fórum em Defesa da Educação, com representações de todos os segmentos. “A ideia é mobilizar toda a comunidade e fortalecer a luta pela educação superior” disse a profª Silvana Calado, vice-presidente da associação. Força é um elemento primordial em tempos de crise.

Para a servidora Leilane Cruz, no Comando Local de Greve do Sintufefe-UFPE, as consequências dos cortes no orçamento caem principalmente sobre estudantes e trabalhadores terceirizados, expondo antigas manobras que objetivam reduzir custos. “Hoje a mão de obra das universidades é baseada no trabalho dos estudantes, pois

existem bolsas que o oficializam. Ao mesmo tempo, o trabalho dos terceirizados leva à extinção de alguns cargos da nossa categoria”, avalia a servidora.

Neste contexto, os estudantes, um dos grupos mais prejudicados com a greve dos docentes e técnicos e com os cortes do governo, articulam-se politicamente protestando pelo fim da crise. Brenner de Oliveira, membro do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), conta sobre a luta dos estudantes na universidade carioca. Após analisar as demandas da categoria, eles organizaram uma pauta contra condições precárias e os cortes das bolsas de auxílio permanência. Lá na UFRJ, a mobilização amadureceu e eles acrescentaram à pauta a defesa dos trabalhadores terceirizados. “Fomos ao Conselho Universitário, depois realizamos uma ocupação durante oito dias. Tempo em que os estudantes fizeram intensas atividades com debates sobre a crise. Saímos da ocupação com uma vitória: o pacote de assistência estudantil, e uma tarefa – fazer uma greve estudantil mobilizando estudantes em todo país” relata Brenner. No dia 27 de maio os estudantes deflagraram greve, a primeira categoria a entrar em greve na UFRJ. “Tivemos amadurecimento político de entender que a greve era necessária” disse o militante.

Na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) um movimento semelhante aconteceu no departamento de Odontologia. O cenário de cortes e problemas na infraestrutura resultou na suspensão do atendimento odontológico das clínicas escola, no campus Recife, onde a atuação profissional nas clínicas escola faz parte da formação de Odontologia. Estudantes suspenderam as atividades no dia 26 de agosto, em protesto pela falta de materiais de trabalho, equipamentos precários e manutenção. Em greve, os estudantes realizaram passeatas e protestos no campus junto aos servidores técnico-administrativos.

Prejudicados com atrasos no pagamento dos seus salários, funcionários que prestam serviços terceirizados na UFPE realizaram protestos nos meses de junho e agosto. Além de reclamar contra o atraso no pagamento dos salários, os empregados da Conservgomes Serviços, do grupo Preserve Liserve, terceirizada da UFPE para limpeza e serviços gerais, reivindicaram os salários dos bolsistas.

Os que enfrentam a crise lutando, sabem que é preciso unidade. “Hoje nossa principal reivindicação é findar com esse ajuste fiscal. Só a luta pode ter esse caráter transformador através de muita organização e muita unidade da comunidade acadêmica” Brenner de Oliveira.

Cortes e tributos:

Essa é a receita do Governo para 2016

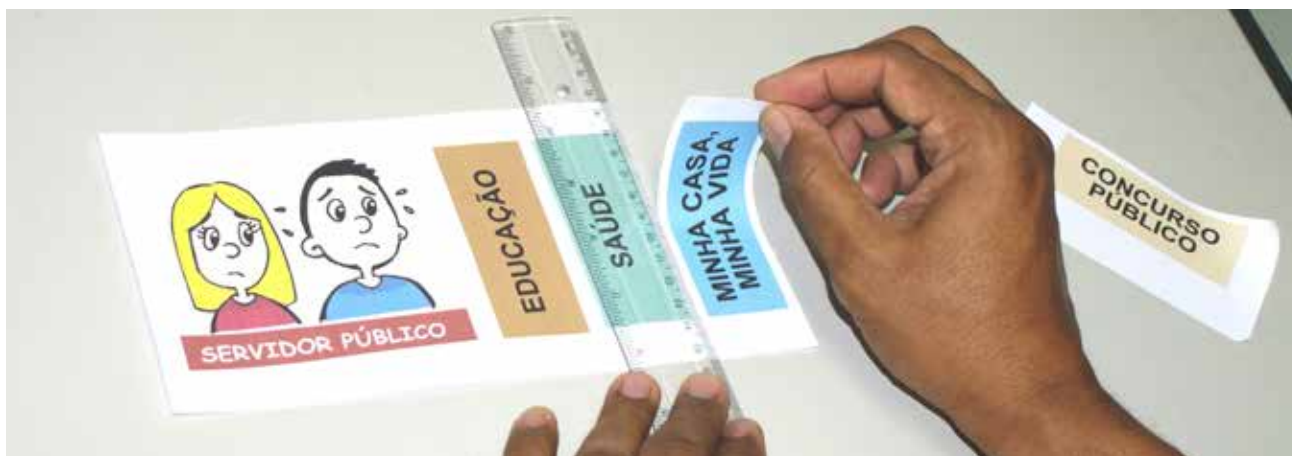


Foto: Wilton Pontes com apoio de Humberto Pequeno

O Governo anunciou novos cortes no orçamento federal para 2016, muitos lesando diretamente o servidor público

2015 foi um ano difícil para as universidades. No dia 8 de janeiro de 2015, o governo anunciou um corte de R\$ 7 bilhões das verbas do Ministério da Educação (MEC). Em junho, o bloqueio anunciado foi de R\$ 9,4 bi. Na tentativa de reverter o quadro, servidores das universidades em todo o país entraram em greve em maio.

Em meio à intensa luta dos servidores contra o bloqueio de verbas para a educação, no dia 14 de setembro de 2015, o Governo Federal anunciou medidas fiscais de R\$ 64,9 bilhões tentando garantir a meta de superávit primário em 2016. Desse total, **R\$ 26 bilhões** referiam-se a cortes, num total de nove medidas, incluindo adiamento do reajuste dos servidores públicos, suspensão de concursos, redução de gastos no Minha Casa, Minha Vida e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No dia 30 de novembro, para garantir o cumprimento da Lei do orçamento antes da aprovação do congresso, o governo oficializou mais um corte. Desta vez, sem mencionar cortes da educação, afirmou que despesas mínimas com educação e saúde seriam mantidas.

Sem resultados, no dia 2 de dezembro o Congresso autorizou o Governo fechar o ano com déficit

de **R\$ 119,9 bilhões**, descartando a meta para o superávit primário que inicialmente era de R\$ 55,3 bi. Novos cortes no orçamento de 2016 serão anunciados em março. Em meio a medidas, cortes e tributos a população sofre os impactos nas contas.

Pacote de medidas anunciado 14 de setembro de 2015

Encarregados de anunciar o pacote, os então ministros do planejamento, Nelson Barbosa, e da fazenda, Joaquim Levy justificaram a necessidade de equilibrar a balança federal. No entanto, as prioridades orçamentárias do governo desde 2014, não demonstram preocupação com a equivalente balança da justiça. Aparentemente, há vários pesos e medidas, mas nenhuma valoriza a contento a educação. As somas dos bilhões priorizados não contabilizam para o futuro do país, mas para tentar salvá-lo da crise.

O reajuste dos servidores foi adiado de janeiro para agosto de 2016, o que, segundo o governo, geraria uma economia de **R\$ 7 bilhões**. A maioria das categorias fechou acordo salarial.

As despesas do Governo com o Fundo de Financiamento Estudantil

(Fies) em 2014 somam mais que o dobro desse valor (**R\$ 14,6 bilhões** executados de 2014). Já em 2015 os desembolsos do Fundo caíram para R\$ 12 bi e a tendência é diminuir em 2016.

Os concursos públicos para os três poderes foram suspensos até 2016, o que reduziria **R\$ 1,5 bilhão** do orçamento. O valor não chega perto, mas pode ser comparado com o que foi gasto pela administração pública federal em 2014, ano de eleições, apenas com publicidade: **R\$ 2,32 bilhões**.

Outra medida que afetaria muitos docentes é a eliminação do chamado abono permanência, benefício pago a alguns servidores que chegam à idade de aposentadoria, mas permanecem no trabalho. O que representaria redução **R\$ 1,2 bilhão** no orçamento. Na UFPE, 291 docentes são beneficiados com o abono.

Já com gastos administrativos com servidores, principalmente os ligados ao planalto, o governo prevê a redução de **R\$ 2 bilhões**. Com a renegociação de aluguéis, limite de gastos e redução no número de cargos de confiança. Do esforço anunciado, apenas **R\$ 200 milhões** viriam da redução do número de ministérios (antes 39 pastas e atualmente 31) e da diminuição de cargos de confiança.

Além dessas medidas, o governo anunciou a implantação de um teto de remuneração para o serviço público, que reduziria os gastos em **R\$ 800 milhões**. Desde novembro, com urgência constitucional, o PL 3123/15 que fixa novas normas para o cálculo do teto, tanto para o servidor público quanto para os agentes políticos, aguarda votação na Câmara.

Já despesas com o programa Minha Casa, Minha Vida seriam reduzidas em **R\$ 4,8 bilhões**, deixando parte delas, a cargo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A iniciativa depende de uma MP. Em 2014, integralmente custeado pela União, o programa desembolsou **R\$ 15,8 bilhões**.

Na mesma direção, o governo anunciou corte de **R\$ 3,8 bilhões** no direcionamento de emendas parlamentares. A proposta é que as emendas impositivas sejam direcionadas para obras do PAC já previstas na PLOA.

A mudança depende de alteração na PLDO e na PLOA. O programa, que é marca da presidente Dilma, consumiu **R\$ 63,3 bilhões** no orçamento de 2014.

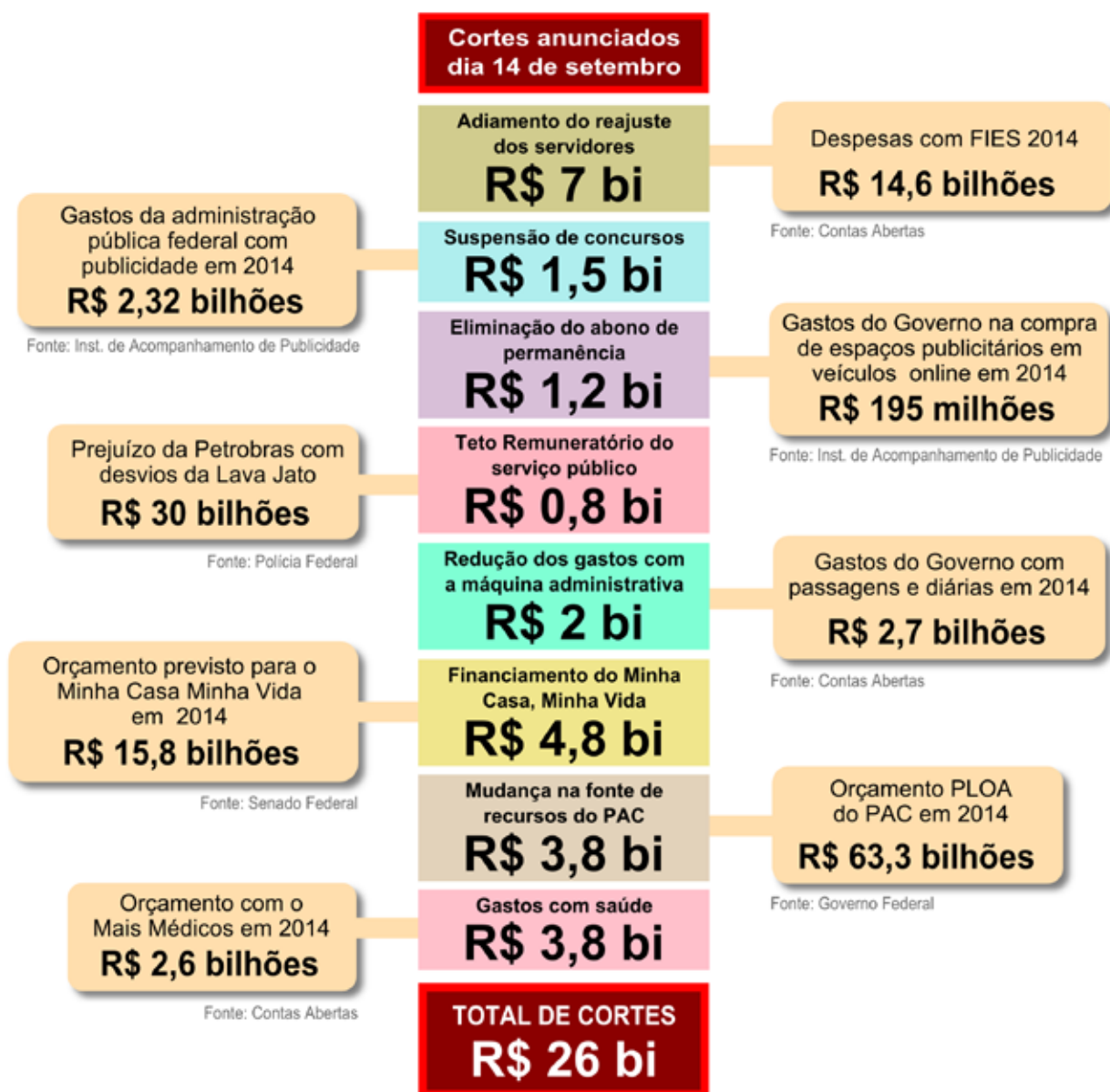
A saúde, pasta que está entre uma das mais afetadas com os cortes e que tem relação com a docência universitária, perdeu mais **R\$ 3,8 bilhões**, mantendo apenas o investimento mínimo previsto na Constituição. Das Medidas fiscais anunciadas, **R\$ 38,9 bilhões** referem-se ao aumento de arrecadação, entre elas a proposta de

retorno da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras).

Segundo o governo, a redução de gastos tributários corresponderia a **R\$ 5,9 bilhões**, a realocação de fontes de receita a **R\$ 6 bilhões**. O Congresso já aprovou o texto do Orçamento de 2016 (sancionado pela presidente) prevendo a arrecadação federal com a CPMF.

Enquanto isso, o fim dos cortes para a Educação, pauta de reivindicação dos docentes federais, permanece sem resposta. A soma de todos esses números resulta em subtração nos recursos do trabalhador, da universidade e perdas para a Educação Superior.

Compare os valores do pacote de medidas do Governo com outros gastos



Um prêmio ao Diálogo

Gilberto Cunha de Sousa Filho



Foto: EFE/Tunisiun Presidency Press Service

Foram premiados com o Nobel os líderes das organizações que compuseram o Quarteto (da esquerda para direita): a presidente da Confederação da Indústria, do Comércio e Artesanato, Wided Bouchamaoui, o secretário-geral da UGTT, Houcine Abbassi, o presidente da Liga de Direitos Humanos, Abdessattar ben Moussa e o presidente da Ordem dos Advogados, Mohamed Fadhel Mahmoud.

No dia 9 de outubro de 2015 recebemos a notícia da premiação do prêmio Nobel da Paz. Nada seria diferente do que ocorre anualmente, se não fosse o premiado.

O comitê norueguês do Prêmio Nobel, contemplou o diálogo, através de um grupo denominado: **Quarteto de Diálogo Nacional da Tunísia**. O Nobel premiou a atuação do Quarteto na transição do país de uma crise política para um processo de democratização que ainda se consolida. *“Por sua contribuição decisiva na construção de uma sociedade plural na Tunísia depois da Revolução dos Jasmins de 2011, ao estabelecer um processo político alternativo em um momento em que o país estava à beira de uma guerra civil”*. E isso me fez refletir: será que estou tão distante do anseio global ao pronunciar que as formas de reivindicações, nos dias de hoje, não seriam outras? Muito se fala

em luta, mas esquece-se de que a melhor forma de construí-la é através do diálogo. Irão falar que as lutas só são colocadas quando se exaure o diálogo, mas estamos dialogando a contento?

Precisamos acompanhar a evolução da humanidade, lutamos muito para vencer os desafios das selvas, lutamos muito para conquistar territórios, lutamos muito para conquistar direitos, de todos os níveis e segmentos, passamos até por guerras provocadas por megalomaniacos, e hoje temos a oportunidade de colocar em prática o dom mais importante de todas essas lutas passadas, o intelecto.

É inteligente conquistar pela palavra? Claro que sim, o amor remete a isso. Então por que não ficamos exauridos pelo diálogo, afinal vale um Nobel, o da paz. Que um dia, se fizemos crescer este dom, eu possa ver o Brasil sendo premiado.

Revolução de 2011

A Revolução de Jasmim, como ficou conhecido o processo que atingiu a Tunísia entre 2010 e 2011, levou à queda do presidente Ben Ali, que ocupava o cargo desde 1987.

Ela começou com protestos populares após o suicídio de um vendedor ambulante, contra o regime autoritário do presidente. As manifestações foram reprimidas violentamente e resultaram na derrubada do regime em 14 de janeiro de 2011.

A primeira revolução do tipo no mundo árabe pegou emprestado o nome da flor branca perfumada símbolo da Tunísia e da pureza, da doçura de viver e da tolerância. A queda do regime de Ben Ali na Tunísia abriu caminho para a Primavera Árabe em outros países da região, como Egito, Líbia e Síria.

Em muitos destes outros países, a luta pela democracia e os direitos humanos não se desenvolveu e foi reprimida. Na Tunísia, entretanto,

foi possível ver uma transição democrática e uma vibrante sociedade civil que busca o respeito pelos direitos humanos. *“O quarteto pavimentou o caminho para um diálogo pacífico entre a população, os partidos políticos e as autoridades, e ajudou a alcançar soluções baseadas no consenso para diversos desafios entre as divisões políticas e religiosas”*, disse o comitê do Prêmio Nobel.

Informações extraídas da internet - gazetaweb.com

Multicampia, precarização e organização sindical

Falar sobre Multicampia e precarização, considerando a estrutura organizativa do ANDES-SN, exige uma breve análise sobre em qual conjuntura se apresenta esta temática.

No dia 13 de outubro de 2015, a ADUFEPE promoveu no Centro Acadêmico de Vitória (CAV) a palestra *Multicampia, precarização e organização sindical*, ministrada pelos diretores do ANDES-SN Alexandre Galvão, 3º Secretário, e Rejane Dias, da Regional NE II.

Para o professor Augusto Barreto, representante da diretoria no CAV, o debate sobre Multicampia tem pertinência tanto no âmbito sindical quanto administrativo. “A universidade já é multicampia, mas nós não sabemos como nos relacionar com essa realidade. E as experiências voltadas para a relação sindical nos diferentes campi precisam ser discutidas” disse o tesoureiro da ADUFEPE.

Multicampia é o termo utilizado para definir um modelo de universidade composto por núcleos administrativos em diferentes cidades, resultante de programas de expansão universitária.

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), por exemplo, possui três sedes no sul do estado da Bahia, nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas. “A expansão precarizada tem imposto ao sindicato

lutas cotidianas por melhores condições de trabalho nas instituições. A multicampia fomenta e aprofunda a fragmentação, dificultando a mobilização”, avalia o prof. Alexandre.



Alexandre Galvão, Rejane Dias e Augusto Barreto na palestra “Multicampia em foco na UFPE”, no dia 13 de outubro no CAV

A partir de diferentes experiências de organização sindical vivenciadas em universidades Multicampi, Galvão apresentou algumas dificuldades de organização sindical nos modelos de multicampia, como: “Distância entre os campi, inviabiliza participação direta quando tudo fica centralizado na seção sede; quantidade de filiados com diferença de arrecadação que segmenta a participação; assembleias gerais em subseções fragmentam os encaminhamentos; dificuldades de participação de todos, mesmo quando existe uma sub-

seção; representantes (delegados) com a participação indireta das assembleias gerais nas seções sedes no estilo de federação, contrariando o princípio da participação direta da base nas decisões do sindicato; a depender da forma de estruturação, as subseções podem acabar isolando a categoria da totalidade da luta docente”.

O professor da UESB recomenda que o sindicato nacional aprofunde o debate sobre multicampia e organização sindical com o objetivo de definir soluções organizativas para as especificidades locais.

Ele citou como possíveis alternativas, a atuação do Conselho de representantes como uma instância intermediária e a utilização de vídeo conferências para atividades de formação sindical. “Parece-nos que os desafios organizativos do ANDES-SN para enfrentar os problemas relativos à Multicampia e a precarização demandam a intensificação do trabalho junto a base da categoria, defendendo os princípios de organização por local de trabalho, democracia e autonomia frente aos patrões, ao Estado, partidos políticos e credos”, concluiu Alexandre.

Gestão ADUFEPE Plural, Democrática e Autônoma (2014 - 2016)

2014

Julho

03 - ADUFEPE Plural, Democrática e Autônoma toma posse

22 - Administrativo e tesouraria da ADUFEPE analisam questões internas



Agosto

01 - ADUFEPE visita departamento de Ciências Farmacêuticas – CCS

05 - Em visita ao departamento de Genética diretoria ressalta importância da atuação sindical

05 - ADUFEPE firma novos Convênios

08 - ADUFEPE visita departamento de Anatomia

12 - Professora da UFPE ascende à classe de Titular pela carreira

13 - Diretor da ADUFEPE coordena clínica Escola de Fisioterapia da UFPE

14 - ADUFEPE Visita a departamento de Fonoaudiologia

14 - Assembleia elege representação para 59° CONAD



Setembro

10 - RELATÓRIO DO 59° CONAD

11 - ADUFEPE visita núcleo de Educação Física

19 - Professoras são homenageadas durante comemorações de aniversário de Paulo Freire



25 - 9ª Reunião dos Docentes aposentados encaminha novas propostas
Local: auditório da ADUFEPE
prof. Paulo Rosas;
Org: GT de aposentados
25 - Carreira é destaque no setor das IFES

Outubro

09 - Docentes de Engenharia Química recebem ADUFEPE
15 - ADUFEPE comemora o Dia do Professor

Novembro

11 - ADUFEPE elege novo Conselho Fiscal

19 - ADUFEPE parabeniza a família de Ruy Neves Baptista professor Emérito da UFPE

20 - Assembleia aprova contas da gestão 2012 - 2014

21 - Manifestação no CAV pede mais segurança

21 - ADUFEPE participa do Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN

28 - 5º Encontro de Docentes Aposentados e Aposentáveis da UFPE movimenta ADUFEPE

Local: auditório da ADUFEPE
prof. Paulo Rosas,
Org: GT de aposentados

Dezembro

11 - ADUFEPE parabeniza ao Professor Gilson Edmar

11 - ADUFEPE acompanha debate da Estatuinte UFPE

Janeiro

- 29 - ADUFEPE integra Conselho gestor do NACE
- 30 - Relatório da Reunião do Setor das IFES

Fevereiro

- 04 - ADUFEPE escolhe delegação para 34º congresso do ANDES – SN
- 06 - ADUFEPE participa da posse de nova diretoria da Editora Universitária
- 06 - 2º Encontro Regional do ANDES antecipa temática do Congresso

Março

- 02 - 34º Congresso do ANDE-SN aprova plano de lutas do Setor das IFES
- 04 - Frente Pernambucana inicia pauta de 2015
- 20 - Encontro Regional reúne Seções Sindicais na ADUFEPE**
- 23 - ADUFEPE sedia encontro Regional do ANDES
- 23 - Frente Pernambucana pela aprovação da PEC 555 retoma atividades
- 24 - Categoria docente aprova Estado de Alerta
- 27 - ADUFEPE promove debates com os candidatos à reitoria da UFPE 2015
- 30 - Primeiro debate com candidatos apresentou panorama de demandas**

Abril

- 03 - Começa campanha Salarial Unificada dos Servidores Públicos Federais
- 07 - Mobilização da categoria junto aos Servidores Públicos Federais
- 07 - ADUFEPE participa da Jornada de Lutas em Brasília



- 14 - Debates com candidatos à Reitoria da UFPE destacam a interiorização

22 - Presidente do ANDES-SN aborda responsabilidade sindical

- 23 - ADUFEPE conclui ciclo de debates com candidatos à reitoria da UFPE
- 27 - Assembleia da ADUFEPE elege delegado para o 7º Conad Extraordinário

Maio

- 14 - Docentes da UFPE aprovam indicativo de Greve
- 18 - Usuários da Sul América tem nova opção de produto
- 19 - Reunião encaminha ações de mobilização na UFPE
- 20 - Sesu/MEC marca reunião para sexta feira (22) com o ANDES-SN
- 25 - Professores da UFPE votam contra Greve
- 29 - Reunião encaminha agenda da mobilização docente na UFPE

Junho

- 05 - ADUFEPE apresenta pauta e solicita posição da reitoria**
- 08 - ADUFEPE pautará Reforma Política
- 10 - Palestra aborda princípios científicos de Meditação Transcendental
- 11 - Gestor do HC apresenta panorama da EBSETH
- 15 - Meta da UFPE é reduzir 30% dos custos
- 16 - Economia e Educação é tema de palestra na ADUFEPE
- 18 - Diretora da ADUFEPE é homenageada com medalha de mérito Químico
- 29 - Reforma política em debate na ADUFEPE

2015

Julho

- 01 - ADUFEPE solicitou posicionamento da UFPE e da Andifes
- 03 - Docentes da UFPE rejeitam proposta do Governo
- 07 - Reunião de mobilização encaminha criação de Fórum
- 09 - Próxima assembleia da ADUFEPE pautará greve
- 21 - Fórum em defesa da Educação se articula na ADUFEPE
- 28 - Fórum em defesa da Educação se fortalece**



Agosto

- 13 - Caminhada alerta a população sobre descaso com a educação**
- 25 - Docentes da UFPE decidem não paralisar
- 27 - ADUFEPE no 60º CONAD
- 30 - Reunião dos Servidores Públicos Federais encaminha novos atos



Setembro

- 03 - ADUFEPE debate Crise da Educação
- 16 - A ADUFEPE parabeniza o evento: II Diálogo de Extensão do CCB - Extensão: Vamos Integrar?
- 18 - Docentes da UFPE paralisam no dia 23 de setembro
- 23 - Docentes protestam na UFPE



Outubro

- 07 - ADUFEPE sediará evento Nacional de Assuntos de Aposentadoria
- 13 - A ADUFEPE debate Multicampia e organização sindical
- 14 - Reitor da UFPE enfrentará novos desafios



- 15 - Homenagem ao Dia do Professor
- 21 - Frente Pernambucana organiza mobilizações

Novembro

- 04 - Frente pernambucana articula Fórum em defesa dos servidores
- 06 - Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria reúne entidades de todo o Brasil**
- 07 - Lutas pela reversão da Contrarreforma da Previdência e pela carreira docente
- 07 - Ataques ao Serviço Público marcam Encontro sobre Aposentadoria
- 19 - Assembleia elege delegação do 35º Congresso Nacional
- 26 - ADUFEPE entrará com ação pela inconstitucionalidade do Funpresp
- 26 - Docentes rejeitam proposta do Governo
- 28 - Relatório Reunião do Setor das IFES
- 30 - ADUFEPE recebe novos docentes**

Dezembro

- 02 - Servidores Pernambucanos criam Fórum
- 04 - VI Encontro Regimental da Regional Nordeste II do ANDES-SN
- 04 - Encontro Inter-Regional "Os desafios da organização sindical na atual conjuntura"
- 08 - Entidades questionam constitucionalidade de adesão compulsória ao Funpresp
- 10 - Projeto que amplia privatização na C&T é aprovado no Senado
- 13 - Um fórum para defender o servidor**

Festas e Confraternizações

- **Almoço Dia do Professor 15/10/2014, no Clube universitário;**
Org: comissão de eventos da ADUFEPE
- Confraternização natalina 2014 13/12/2014; no Rose Beltrão Recepções
Org: Comissão de eventos da ADUFEPE
- Festa junina da ADUFEPE 13/06/2015, no Villa Apipucos;
Org: Comissão de eventos da ADUFEPE
- Almoço Dia do Professor 2015 15/10/2015; Clube Universitário;
Org: Comissão de eventos da ADUFEPE
- **Confraternização natalina 2015 - 12/12/2015; na Blue Angel Recepções**
Org: Comissão de eventos da ADUFEPE



- AG de 24/03/2015.
Pauta: Campanha salarial dos Servidores Públicos Federais (SPF);
- AG de 27/04/2015.
Pauta: eleição de delegado para 7º Conad Extraordinário do ANDES-SN
- AG de 14/05/2015.
Pauta: avaliação de conjuntura e indicativo de greve.
- **AG de 25/05/2015.**
Pauta: Deflagração da Greve Nacional dos Docentes da UFPE a partir do dia 28 de maio.
Obs: a maioria votou contra a deflagração.
- AG de 02/07/2015.
Pauta: avaliação de proposta do governo.
- AG de 09/07/2015.
Pauta: avaliação da greve nacional dos docentes e avaliação da conjuntura;
- AG de 25/08/2015.
Pauta: deflagração de greve na UFPE
- AG de 18/09/2015.
Pauta: Ameaças do governo federal: redução de direitos e salários;
- AG de 19/11/2015.
Pauta: escolha dos delegados para o 35º Congresso Nacional do ANDES-SN.
- **AG de 26/11/2015.**
Pauta: 1. Ação Jurídica contra obrigatoriedade do Funpresp; 2. Deliberação sobre proposta do governo para negociação 2015;

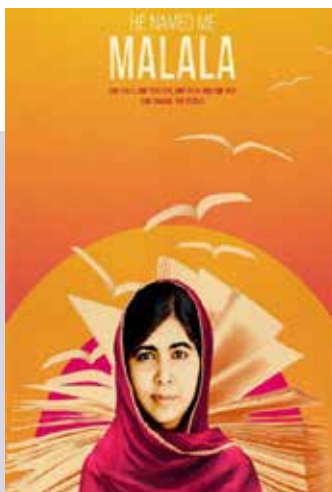
Assembleias

- AG de 14/08/2014.
Pauta: eleição de delegado para do 59º Conselho do ANDES Sindicato Nacional (CONAD);
- AG de 11/11/2014.
Pauta: eleição do Conselho fiscal e aprovação de contas;
- AG de 20/11/2014.
Pauta: Apreciar e deliberar as contas da gestão 2012-2014.
- AG de 04/02/2015.
Pauta: eleição de delegados para o 34º Congresso do ANDES- SN.

Filme:

Malala

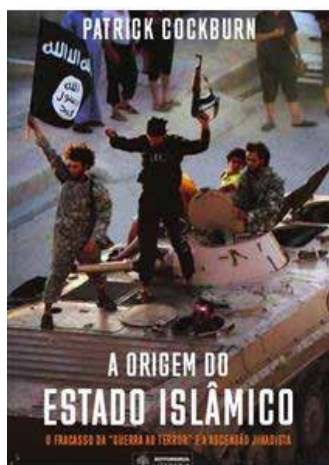
Documentário de Davis Guggenheim sobre os eventos que marcaram a trajetória de Malala Yousafzai. Jovem paquistanesa atacada pelo Talibã por falar sobre a educação das mulheres e suas consequências, incluindo seu discurso na ONU.



Livro:

A Origem do Estado Islâmico
 – O Fracasso da “Guerra ao Terror” e a ascensão jihadista

Descrição do conflito por trás dos acontecimentos desencadeados pela política externa dos Estados Unidos. Do jornalista Patrick Cockburn. Mostra como o Ocidente criou as condições para o ISIS.



WEB:

Assista na página da ADUFEPE no youtube aos debates do **18º Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN e 6º Encontro de Aposentados e Aposentáveis da UFPE** realizado nos dias 6, 7 e 8 de novembro.
www.youtube.com/adufepe



Atendimento Jurídico na sede da ADUFEPE

Assuntos sindicais:
Advogados do Escritório
Wagner Advogados
Associados.

Plantões:
 Terça-feira das 9 às 12h e
 quarta-feira das 15 às 18h;

Assuntos de direito cível:
Advogados do escritório
Fernando Araújo
Associados.

Plantões:
 De segunda a sexta-feira,
 das 9 às 12h.
 (com exceção das terças)

Assistente de atendimento
 de segunda a sexta-feira das 9 às 15h.
Fone: (81) 3036.2250 / 3036.2257



Confira os convênios que dão descontos especiais aos sócios da ADUFEPE. Saiba mais no site:
www.adufepe.com.br



PILATESZONE



ADUFEPE na internet

Acompanhe os principais acontecimentos do seu sindicato nas redes sociais e pelo site

www.adufepe.com.br
 facebook: [ascom.adufepe](https://www.facebook.com/ascom.adufepe)